Boletim do
Sindicato dos
Trabalhadores da Unicamp

STU INTERSINDICAL FASUBRA

10 de outubro
101/2014
GESTÃO
2014 - 2017

LUTA POR DIREITOS

Reunião de negociação da pauta específica acontece dia 22/10

A reitoria informou ontem que a reunião para discutir a pauta específica de reivindicações da categoria será dia 22/10. Desde o final da greve, há forte expectativa pela definição do calendário de negociação, já que a reitoria havia apresentado no ano passado um calendário de implementação da isonomia que não se confirmou.

A pauta específica é composta de 10 itens - isonomia e carreira, vale-refeição, 30 horas para todos na área de saúde, vagas na creche, mudança de regime, auxílio-alimentação para aposentados, isonomia na Funcamp, redução no valor do fretado e cumprimento da súmula nº 444.

Apesar de não terem acontecido as reuniões da pauta específica, houve negociações da pauta da DEdIC. No dia 08 haveria nova reunião, que foi desmarcada e ainda não tem nova data.

FINANCIAMENTO

Propostas do Fórum das Seis para a Lei Orçamentária Anual 2015

Começou a ser analisada pela Assembleia Legislativa a proposta da Lei Orçamentária Anual 2015, enviada pelo Executivo estadual. A lei tem que ser votada até o final dessa legislatura, em dezembro.

A coordenação do Fórum das Seis vem debatendo iniciativas para buscar inserir no texto as propostas de solução efetiva para a crise da educação superior paulista. Entre as ações, já foi solicitada ao deputado Mauro Bragato (presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento) e ao líder do governo, Barros Munhoz, a realização de audiência para debate da situação das universidades.

O Fórum também já encaminhou à Alesp reivindicação de que os recursos das políticas estaduais de habitação não sejam mais descontados da base de cálculo do repasse do ICMS. Só neste ano, o fim dessa prática resultaria em mais R$ 59,72 milhões no caixa da educação superior paulista, conforme cálculos do Fórum.

Além disso, as categorias reivindicam a inclusão na LOA-2015 de liberações mensais adicionais de no mínimo 0,7% do total da quota-parte do ICMS aos 9,57% já estabelecidos, calculados sobre a mesma base de cálculo corrente e excluído o desconto da Habitação; mais 0,7% das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS de exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos efetivamente realizadas, conforme a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

As propostas permitiriam fazer chegar a 10,5% do ICMS os repasses às universidades. E as entidades buscarão que sejam aprovadas como emendas à lei.

O Fórum também já propôs ao Cruesp uma ação articulada em defesa da educação superior paulista durante a tramitação da LOA 2015.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

STU devolve imposto sindical a sócios hoje

A diretoria do STU informa que a parcela do imposto sindical que é repassada por lei ao sindicato será devolvida aos servidores sindicalizados. O dinheiro será depositado no dia de hoje (10) nas contas informadas pelos trabalhadores ao sindicato.

Quem eventualmente não receber o crédito precisa atualizar os dados bancários junto ao departamento de Finanças do STU. A orientação vale também para a devolução dos valores relativos ao ano passado.

Não-sócios - Para o servidor que não é sócio do STU a diretoria aprovou a devolução, mas os interessados deverão, entre 13 e 31/10, preecher um cadastro on-line com dados como nome, matrícula, CPF e conta bancária para crédito (não pode ser conta-salário), que será disponibilizado no site do STU. Os que não tiverem como preecher on-line devem procurar o STU. A devolução dos não sócios está prevista para ocorrer a partir de 15/11.

A diretoria do sindicato ressalta que a devolução do imposto sindical é um posicionamento político, que segue deliberação do XII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp. O STU não é obrigado a devolver o dinheiro, mas o faz por um entendimento de que o financiamento da entidade deve ser fruto da contribuição voluntária dos trabalhadores. A parcela que cabe ao sindicato é de 60% do valor equivalente a um dia de salário de cada servidor contratado diretamente pela Unicamp. O restante é repassado diretamente pela Universidade à Federação, à Confederação e ao Ministério do Trabalho, nos termos da lei.

O valor descontado dos funcionários contratados via Funcamp é destinado ao SEAAC e por isso não cabe ao STU a devolução a essa parcela da categoria.

IMPORTANTE

Estatutos da Unicamp em discussão

A reitoria definiu o dia 30/10 como prazo para apresentação de emendas à minuta construída pelo grupo de trabalho que elabora a proposta de reformulação estatutária na Universidade. A diretoria do STU se reuniu e realizará no dia 23/10 uma plenária com os trabalhadores para discutir a revisão dos estatutos. Também procurará a Adunciamp e o DCE para discutir uma atuação conjunta na discussão dos estatutos. Durante a greve, foram feitas algumas discussões sobre o tema e apontada a necessidade de um processo estatuinte.

1ª Caminhada Fotográfica da Unicamp

Vai ocorrer neste sábado (11 de outubro), a partir das 8h30 a 1ª Caminhada Fotográfica da Unicamp. O evento é promovido pelo CIRSA (Circuito do Saber) e o NUFAU (Núcleo de Fotógrafos Amadores da Unicamp), e tem o apoio do STU. Mais informações no blog: http://caminhadafotograficacps.wordpress.com/

Continuam abertas as inscrições para representantes da CIPA

A eleição para CIPA Unicamp ocorre nos dias 29 e 30 de outubro. O prazo limite para se inscrever é 17/10. É fundamental que todas as unidades estejam representadas na CIPA para fortalecer a luta por melhores condições de trabalho.

De 10 a 19 de outubro acontece em vários locais públicos, como praças, comunidades e museus de Campinas, a "7ª Mostra Luta!", que conta com o apoio do STU. Mais informações podem ser obtidas no site <www.mostraluta.org>.

POLÍTICA SALARIAL

USP decide respeitar o teto e cortar supersalários

Após muitas denúncias, a reitoria da USP divulgou comunicado informando que os vencimentos pagos acima do teto permitido pela Constituição (R$ 20.662,00 - subsídio do governador) seriam adequados a partir deste mês. A decisão, segundo informam os jornais 'Folha de S.Paulo' e 'O Estado de S.Paulo' e o Sintusp, se aplicará a valores que excedem o teto remuneratório a partir de 2003, quando a reforma previdenciária implementada pelo governo Lula regulamentou os limites salariais do funcionalismo. Os benefícios incorporados antes de 2003 continuarão sendo pagos, mesmo que excedam o limite remuneratório.

O posicionamento da Universidade se apoia no fato de que o Supremo Tribunal Federal ainda analisa a legalidade da manutenção de parcelas incorporadas antes da reforma da Previdência do setor público.

Por diversas vezes o Tribunal de Contas do Estado questionou os supersalarios pagos na USP, chegando inclusive a reprovar as contas da instituição relativas a 2008 e 2011. A Unicamp também teve as contas de 2006, 2009 e 2011 questionadas pelo TCE em função de supersalários de até mais de R$ 50 mil pagos a dirigentes.

São Paulo, 30 de setembro de 2014.

GVR/CIRC/020/2014
GP/lgsa

Senhor (a) Dirigente

Tendo em vista posicionamentos do e. Tribunal de Contas do Estado sobre a remuneração de servidores da Universidade de São Paulo (TC nº 002717/026/08 e TC nº 00195/026/11, que tratam, respectivamente, dos Balanços Gerais de Contas dos exercícios financeiros de 2008 e 2011) e estudos da d. Procuradoria Geral da USP, informamos que, a partir da folha de pagamentos do mês de setembro, a ser creditada no próximo dia 6 de outubro, será necessário efetuar ajustes na apuração e aplicação dos limites salariais estabelecidos no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Assim, de forma a não ultrapassarem, em conjunto com as demais vantagens, o limite do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, serão integradas ao cômputo do teto remuneratório constitucional:

a) as gratificações vigentes após a E.C. nº 41/2003, incluindo Gratificação por elaboração/execução de trabalho técnico (Portaria GR nº 3.924/08), Gratificação de avaliação da carreira docente (Portaria GR nº 5.562/12), Gratificação para membros CCAD/CAS (Portaria GR nº 5.773/12), Gratificação Escola Técnica de Gestão USP (Resolução nº 6.508/13), Gratificação por avaliação mérito acadêmico e cultural (Portaria GR nº 6.295/13), Gratificação desempenho atividades Programa PPV/USP (Resolução nº 6.586/13 e Portaria GR nº 6.325/13), entre outras;

b) a soma dos salários nos casos das acumulações remuneradas;

c) as parcelas pagas a título de horas ou serviços extraordinários.

Isto posto, solicitamos a V. Sa. dar ciência do teor deste ofício aos servidores de sua Unidade/Órgão.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor

O Fórum das Seis propôs em maio deste ano ao Cruesp o encaminhamento de proposta de alteração do teto constitucional nas universidades para 90,25% dos subsídios dos ministros do STF, como política de preservação dos quadros que fazem das instituições de ensino superior paulistas centros de excelência. A medida foi incorporada no ofício enviado pelos reitores à Assembleia Legislativa e ao governo do Estado no mês passado.

Os trabalhadores e cidadãos exigem mais investimentos nas universidades, mas cobram transparência nos gastos. Nesse sentido, a Unicamp segue em dívida por se recusar a detalhar as despesas orçamentárias como diversas vezes já foi cobrado pelo STU.

A falta de transparência deixa as universidades à mercê de iniciativas como a da 'Folha de S.Paulo', que têm por objetivo somente expor as instituições e servidores para justificar perante a sociedade o projeto privatista. No mês passado o Judiciário determinou que fossem divulgados os salários nominais de cada servidor da Universidade de São Paulo, em julgamento de ação movida pela 'Folha'.

ELEIÇÕES NO ESTADO

Resultados eleitorais colocam mais desafios para os trabalhadores

No último domingo (5) ocorreram as eleições gerais para Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente. A reeleição em primeiro turno governador Geraldo Alckmin (PSDB) significa a continuidade da privatização e do sucateamento do ensino público, e coloca para a categoria a necessidade ainda maior de organização para os enfrentamentos que devem ser travados na luta por mais verbas para a educação pública.

O cenário legislativo que sai das urnas também é adverso. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) aponta que o Congresso Nacional da próxima legislatura será o mais conservador desde 1964 (ano do golpe militar). Na Assembleia Legislativa paulista o governo tucano ampliou sua base de apoio.

Para a presidência da República, recomeçou segunda-feira a campanha dos candidatos que estão no segundo turno: Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). A votação ocorre no dia 26 de outubro, das 8 às 17 horas.

Na próxima quinta-feira a diretoria do STU discutirá o resultado das eleições e a posição do sindicato.

Plebiscito em Campinas cria dois novos distritos

Junto com as eleições gerais, ocorreu em Campinas o plebiscito para definir o futuro do Ouro Verde e do Campo Grande. Os eleitores decidiram por maioria que as regiões devem passar a ser distritos administrativos da cidade.

Foi apurado pelo Tribunal Superior Eleitoral que 54,15% dos votos válidos são favoráveis à criação do distrito de Ouro Verde, e 53,84% à criação do distrito de Campo Grande.

Agora a cidade poderá criar duas novas subprefeituras para gerenciar os novos distritos, que se somam aos quatro já existentes (Barão Geraldo, Joaquim Egydio, Nova Aparecida e Souzas).

DIREITOS TRABALHISTAS

STU cobra pagamento a trabalhadores de limpeza pelo dia da UPA

O STU entrou em contato com a reitoria para discutir a situação dos trabalhadores que atuaram na limpeza da Universidade no dia do evento "Unicamp de Portas Abertas" (UPA), 30 de agosto, e que denunciam o calote praticado pela empresa Prime Outsourcing - Terceirização de Mão de Obra.

Os trabalhadores continuam sem receber o pagamento e a empresa contratada pela Unicamp sequer atende às tentativas de contato telefônico.

Há relatos de constrangimento por parte do responsável da empresa às trabalhadoras que buscavam receber pelo trabalho realizado, como forma de forçá-las a abrir mão dos seus direitos.

Representante da reitoria confirmou a situação e afirmou que estão buscando resolver o problema. Para o STU só existe uma solução: pagar os trabalhadores enganados pelos "picaretas" contratados pela Unicamp.

O sindicato seguirá acompanhando o caso e cobrando à reitoria posicionamento sobre as graves denúncias formalizadas pelos trabalhadores.

Legalmente a Unicamp é responsável subsidiária pelo respeito aos direitos trabalhistas por parte das empresas que contrata.

BOLETIM DO STU é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - Gestão: 2014 - 2017 - Textos: Fernanda de Freitas, Luciana Araújo e Luiza Giovancarli - Edição: Luciana Araújo - Editoração Eletrônica: Pedro Lucas - Tiragem: 5 mil exemplares - Impressão: Artes Gráficas Oliveira - Contatos: 3521-7412 / 3521-7147 / 3289-4242 / 3289-3502 INTERNET: www.stu.org.br EMAIL: imprensa@stu.org.br FACEBOOK: stu.unicamp